



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ JULHO

AGOSTO 2022

ÍNDICE

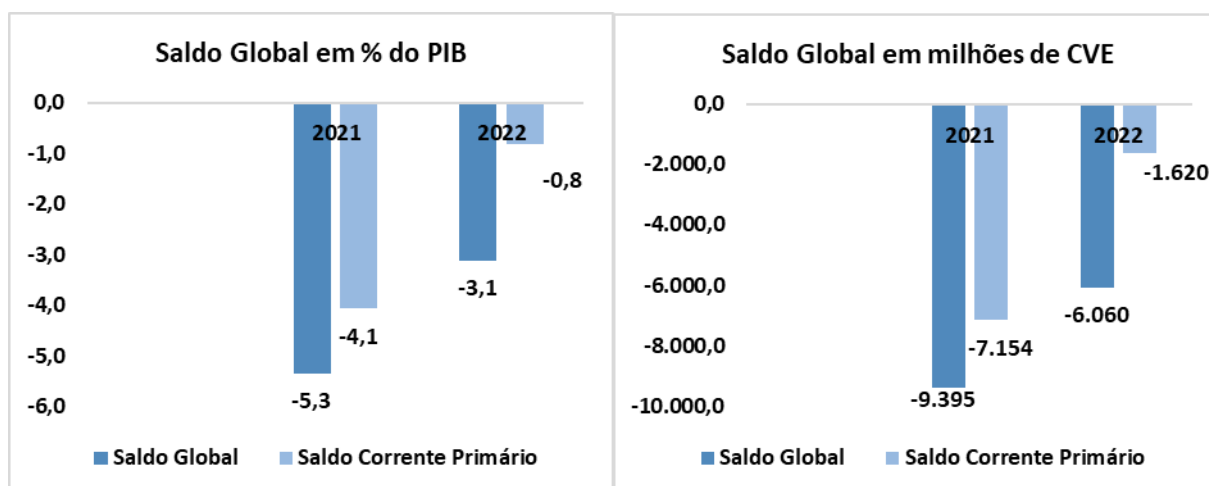
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	10
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	10
3.1.	Por Classificação Económica	10
3.2.	Despesas	11
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	14
3.3.	Por Tipo de Financiamento	15
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	16
5.	Dívida Pública	17

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a julho de 2022 foi negativo em 6.060,4 milhões de CVE, ou seja, um défice de 3,1% do PIB reprogramado para o ano. Esse resultado se traduz numa redução de 2,2 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 3,2 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em -0,8%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra da Ucrânia e algum efeito do risco cambial. Isto, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em julho de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 30,5% (+6.508,9 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (com destaque aos donativos);

- o do acréscimo das despesas totais em 8,0% (+2.416,1 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com o pessoal, Juros correntes, outras despesas, subsídios, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 113,6% (+758,0 milhões de CVE), justificado em grande parte pelo aumento de compras de ativos financeiros nesse período e da diminuição das vendas em relação ao período homólogo.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022		Grau OI	Tax. Hom
	Orç. Ret	Jul	Orç. Inicial	Jul		
1. Total Receitas	52 520	21 343	58 196	27 852	47,9	30,5
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 269	20 478	54 215	27 250	50,3	33,1
Impostos	35 303	17 846	41 184	23 763	57,7	33,2
Segurança Social	71	32	71	40	56,1	23,3
Transferências (donativos)	5 250	865	3 982	601	15,1	-30,5
Corrente	3 877	781	2 820	332	11,8	-57,5
Capital	1 373	84	1 162	56	4,8	-33,3
Outras Receitas	11 896	2 600	12 960	3 447	26,6	32,6
2. Total Despesas	63 473	30 071	62 112	32 487	52,3	8,0
Despesas com Pessoal	24 480	12 468	24 326	12 938	53,2	3,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	4 365	12 390	5 168	41,7	18,4
Juros Correntes	4 485	2 439	5 541	3 103	56,0	27,2
Subsídios	1 116	690	1 008	950	94,2	37,6
Transferências	7 847	3 084	6 663	2 935	44,0	-4,8
Corrente	7 277	3 026	6 097	2 753	45,2	-9,0
Capital	570	58	566	181	32,0	210,7
Benefícios Sociais	9 179	5 582	8 316	4 930	59,3	-11,7
Outras despesas correntes	4 075	893	3 868	1 685	43,6	88,8
Valor a regularizar		549	0	779	-	41,8
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-8 728	-3 916	-4 635	118,4	-46,9
4. Ativos não Financeiros	9 863	667	10 217	1 425	13,9	113,6
Compra ativos não financeiros	11 353	1 201	10 625	1 797	16,9	49,6
Venda ativos não financeiros	1 490	534	408	372	91,3	-30,3
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-9 395	-14 134	-6 060	42,9	-35,5
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-5,2	-7,5	-3,1	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-6 315	1 029	-1 620	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-3,5	0,5	-0,8	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-6 956	-8 592	-2 958	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-9,3	-3,9	-4,5	-1,5	-	-
6. Financiamento	20 816	8 470	14 134	6 825	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	-920	-4 363	1 646	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	133	120	24	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-641	-2 513	-227	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-413	-2 651	-951	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958		681	2 800	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	9 391	18 497	5 178	-	-
Interno líquido	5 402	7 778	11 412	6 429	-	-
Sistema bancário		5 137		4 757	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-85	-185	-74	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		139		118	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 184		-763	-	-
Outras operações de tesouraria		-244		-1 323	-	-
Sistema não bancário		5 015		3 714	-	-
Externo líquido	14 481	1 613	7 085	-1 251	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	3 681	16 089	3 029	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-2 068	-9 005	-4 280	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-925	0	764	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até julho de 2022 cifraram-se em 28.223,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 29,0%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022			
	Orç. Ret.	Jul	Orç. Inicial	Jul	Grau Exec.	Tax. Hom
Impostos	35 303	17 846	41 184	23 763	57,7	33,2
Imposto único sobre rendimentos	9 271	4 793	11 230	5 258	46,8	9,7
IR-PS	6 026	3 126	6 799	3 562	52,4	13,9
IR-PC	3 244	1 667	4 431	1 696	38,3	1,7
Outros impostos directos	595	221	649	301	46,4	36,3
Tributo Especial Unificado - TEU	570	221	617	301	48,7	36,1
Taxa de Incêndio	25	0	31	1	1,8	68,6
Imposto sobre bens e serviços	17 269	8 352	20 129	12 299	61,1	47,3
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	6 973	15 826	9 455	59,7	35,6
IVA DGA	7 425	4 425	8 934	5 716	64,0	29,2
IVA DGCI	6 585	2 548	6 892	3 739	54,3	46,8
Imposto consumo especial	1 955	957	2 477	1 710	69,0	78,8
Taxa de Tabaco	133	27	323	192	59,6	611,2
Contribuição turística	248	29	475	405	85,3	1 281,8
Taxa ecológica	674	342	728	378	51,9	10,5
Taxa estatística aduaneira	250	24	300	159	52,9	567,4
Impostos sobre transações internacionais	7 471	4 101	8 407	5 452	64,8	33,0
Direitos de importação	7 154	3 921	8 067	5 225	64,8	33,3
Taxa comunitária CEDEAO	317	179	340	227	66,7	26,5
Outros impostos	697	380	769	453	58,9	19,2
Imposto de selo	664	366	719	427	59,4	16,7
Imposto especial sobre jogos	33	14	50	25,6	51,6	84,1
Segurança Social	71	32	71	40	56,1	23,3
Taxa social única	0	0	71	0	0,1	236
Contribuições para a segurança social	71	32	0	39	-	23,5
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-2,5
Transferências	5 250	865	3 982	601	15,1	-30,5
De Governos Estrangeiros	4 525	252	3 378	289	8,6	14,8
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	68	300	48	16,0	-29,3
Donativos directos	3 175	184	2 253	241	10,7	31,0
De Organizações Internacionais	218	363	80	104	130,4	-71,3
Das Administrações Públicas	508	250	523	208	39,7	-16,9
Outras Receitas	11 896	2 600	12 960	3 447	26,6	32,6
Rendimentos de propriedade	4 922	232	5 444	220	4,0	-5,0
Venda de bens e serviços	5 663	2 217	5 957	2 940	49,4	32,6
Multas e outras penalidades	212	91	342	131	38,5	44,3
Outras transferências	314	24	337	65	19,4	173,7
Outras receitas diversas e não especificadas	785	87	880	90	10,3	4,2
Receitas	52 520	21 343	58 196	27 852	47,9	30,5
Ativos e Passivos	1 490	534	408	372	91,3	-30,3
Ativos não Financeiros	1 490	534	408	372	91,3	-30,3
TOTAL RECEITAS	54 010	21 877	58 604	28 224	48,2	29,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até julho de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 27.851,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 30,5%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (10,9%), dos impostos indiretos (+41,9%), segurança social (+23,3%) e outras receitas (+32,6%) e, por outro lado, da diminuição dos donativos recebidos (-30,5%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 10,9% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.561,7 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 435,9 milhões de CVE (+13,9%). O acréscimo registado em sede do IRPS é resultante da evolução positiva de todas as categorias que compõem esta rúbrica, assim distribuídos: Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e pensões (+48 milhões de CVE); Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (+307 milhões de CVE); Categoria C – Rendimentos prediais (+16 milhões de CVE); Categoria D – Rendimentos de capitais (+36 milhões de CVE) e Categoria E – Ganhos patrimoniais (+37 milhões de CVE). Em suma é de ressaltar que este acréscimo reflete o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu, no período, cerca de 32 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.696,4 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 29,0 milhões de CVE (+1,7%), dos quais, 1.103 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 593 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 29 milhões de CVE (+1,7%) e abaixo da previsão, em 1.014 milhões de CVE (-37,4%). O desvio negativo em termos previsionais reflete, por um lado, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas,

cujo remanescente ainda por cobrar ascende 413 milhões de CVE, dos quais 366 foram negociados em prestações, e por outro, a expectativa de cobrança projetada para o ano. É de realçar, que a cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto totalizou, no período, 253 milhões de CVE. Importa salientar ainda, que o montante cobrando, no período, correspondeu ao pagamento de 1.392 contribuintes, dos quais, 939 com variações positivas, 453 com variações negativas e 15 com variações nulas quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e que mais de 50,0% do montante cobrado concentraram em 30 contribuintes.

- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 300,7 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 79,7 milhões de CVE (+36,1%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 21 milhões de CVE. Em relação a previsão, a execução ficou abaixo do previsto em 66 milhões de CVE (-18,0%).
O TEU registou, no período, uma média mensal de cobrança na ordem dos 43 milhões de CVE.
- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,6 milhões de CVE um acréscimo de 68,6% (+0,2 milhões de CVE) quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 41,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 9.455,4 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 2.482,4 milhões de CVE (+35,6%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 29,2% (+1.291,0 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 46,8% (+1.191,4 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e do comércio geral, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de

alojamento e restauração (+692 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+127 milhões de CVE), de informação e comunicação (+123 milhões de CVE), da indústria transformadora (+85 milhões de CVE), e das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+81 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 40 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.522 em 2021 para 1.741 em 2022.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 405,0 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 375,7 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021 (+1.281,8%) que demonstra a retoma da atividade turística. O valor médio cobrado em sede deste imposto atingiu, no período, os 58 milhões de CVE, valor próximo da média de cobrança dos anos antes da pandemia, cujas médias de cobrança foram de 67 milhões de CVE em 2017 e 2018, mas ainda aquém da média registada em 2019 (83 milhões de CVE).
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 33,0% (+1.351,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 33,3% (+1.303,8 milhões de CVE, justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas), e na Taxa Comunitária CEDEAO de 26,5% (+47,5 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 16,7% (+61,2 milhões de CVE). Este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia em face as medidas adotadas pelo Governo.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 25,6 milhões de CVE, registado um aumento de 11,7 milhões de CVE. Esta evolução positiva reflete a retoma da atividade turística, por este ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 192,1 milhões de CVE correspondentes a um aumento de 165,1 milhões de CVE quando comparado ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 158,6 milhões de CVE um acréscimo de 134,8 milhões de CVE em relação ao mesmo período de 2021.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 601,4 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 30,5% (-263,6 milhões de CVE), em face do desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo das transferências (i) das organizações internacionais em 71,3% (-258,5 milhões de CVE), (ii) das administrações públicas em 16,9% (-42,3 milhões de CVE), conjugado com o aumento das transferências de governos estrangeiros no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 241,1 milhões de CVE, um aumento de 31,0% (+57,1 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 32,6% (+847,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (-5,0%; -11,7 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+32,6%; 722,9 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar taxa de serviços de passaportes, de serviços policiais; segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas dos registos e notariado, dos emolumentos e custas judiciais, dos portos e capitánias bem como serviços de polícia e fronteira; e

- Outras transferências (+173,7%; +41,5 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em julho de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 30,3% (-161,8 milhões de CVE) comparativamente a julho de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda imóveis e edifícios.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em julho de 2022, atingiram 34.284,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 9,6% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Jul	Orç. Inicial	Jul		
Despesas com Pessoal	24 480	12 468	24 326	12 938	53,2	3,8
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	11 748	22 206	11 687	52,6	-0,5
Segurança Social	2 098	720	2 120	1 251	59,0	73,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	4 365	12 390	5 168	41,7	18,4
Juros Correntes	4 485	2 439	5 541	3 103	56,0	27,2
Dívida interna	3 343	1 884	3 413	1 916	56,1	1,7
Dívida externa	1 044	544	2 052	1 161	56,6	113,5
Outros encargos	98	11	76	25	33,1	132,5
Subsidios	1 116	690	1 008	950	94,2	37,6
Transferências Correntes	7 847	3 084	6 663	2 935	44,0	-4,8
Governos Estrangeiros	1 188	33	504	76	15,0	129,5
Organismos Internacionais	465	64	472	12	2,6	-81,0
Administração Pública	6 194	2 987	5 687	2 847	50,1	-4,7
Benefícios Sociais	9 179	5 582	8 316	4 930	59,3	-11,7
Outras Despesas Correntes	4 075	893	3 868	1 685	43,6	88,8
Valor a regularizar	0	549	0	779	-	41,8
Despesas	63 473	30 071	62 112	32 487	52,3	8,0
Ativos e Passivos	11 353	1 201	10 625	1 797	16,9	49,6
Ativos não Financeiros	11 353	1 201	10 625	1 797,3	16,9	49,6
TOTAL DESPESAS	74 826	31 272	72 737	34 284	47,1	9,6

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 31 de julho de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 32.486,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,0% em relação ao executado em julho de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+88,8%), Juros correntes (+27,2%), aquisição de bens e serviços (+18,4%), despesas com subsídios (+37,6%), despesa com o pessoal (+3,8%), conjugado com a diminuição de despesas com transferências (-4,8%) e Benefícios Sociais (-11,7%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 3,8% (+470,3 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021;
 - ii. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização; e
 - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 18,4% (+802,4 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Outros Serviços” (+235,7 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “*Ocean Race*”, do projeto “*Becoming a Future Island Nation*” este último no âmbito do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura e Ambiente e a *Globalmoza partnerships for Humanity* Lda;
 - ii. “Assistência Técnica – Residentes” (+324,6 milhões de CVE) com realce ao contrato para fornecimento de bens e serviços no âmbito da implementação do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras”;
 - iii. Prestação de serviços no âmbito do contrato assinado entre Ministério das Finanças e NOSI que visa estabelecer um novo regime de prestação de serviços

- e pagamento à Escola Hotelaria e Turismo de Cabo Verde no âmbito do projeto reforço da Educação e desenvolvimento das competências;
- iv. “Deslocação e estadas” (+140,9 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Ministério da saúde, Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, Ministério da Educação, Gabinete do Primeiro Ministro, da Família Desenvolvimento e Inclusão Social;
 - v. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+73,7 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços pela equipa cubana no sector de Saúde e serviço prestado ao sector da Justiça (SNIAC) referente a dívida acumulada na produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)”;
 - vi. “Formação” (+66,0 milhões de CVE) com maior execução no sector da Educação no âmbito do programa Bolsa de Estudo;
 - vii. “Produtos Alimentares” (+55,6 milhões de CVE) com realce ao sector da educação no âmbito de fornecimento de gêneros alimentícios à FICASE, com destaque as medidas implementadas no âmbito da segurança alimentar, e à Direção de serviços prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos;
 - viii. “Medicamentos” (+53,2 milhões de CVE) no âmbito de fornecimento de produtos farmacêuticos de acordo com o plano anual de fornecimento cujo valor contratual ascendeu a 120 milhões de CVE;
 - ix. “Combustível e lubrificantes” (+47,1 milhões de CVE) com realce aos sectores de Saúde, Administração interna, Defesa Nacional, Agricultura e Ambiente, Educação e em face ao aumento de preços; e
 - x. “Energia Elétrica” (+40,9 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos ministérios de Saúde, Educação Finanças Fomento Empresarial, Administração Interna e Agricultura e Ambiente.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 27,2% (+663,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 113,5% (+617,5 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 37,6% (+259,4 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Derivado da indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas), aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho e da compensação financeira decorrente da aplicação do milho e da farinha fixados na resolução 60/21 de 31 de maio.
- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 11,7% (-652,0 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 76,7% (-863,3 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,0% (+205,0 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 8,0% (+14,8 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 4,8% (-149,6 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido (i) à diminuição das transferências aos Municípios realizadas anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma

população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes; e à diminuição da execução das despesas no âmbito das quotas aos organismos internacionais.

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 88,8% (+792,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente (i) do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente, (ii) da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, (iii) do pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, e (iv) do pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em julho, situou-se na ordem dos 778,7 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.797,3 milhões de CVE, equivalente 16,9% do total do orçamento (22,9% face ao orçamento reprogramado) e registou uma variação positiva em termos absolutos, de 596,2 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 557,6 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 257,8 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 136,5 milhões de CVE; “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 63,1 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 55,2 milhões de CVE; “Eletrificação Rural” com uma execução de 46,4 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 44,2 milhões de CVE; “Manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 41,5 milhões de

CVE; “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 39,6 milhões de CVE; e “Construção de um Centro Ambulatório Hospital B. Sousa” com uma execução de 26,0 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 93,8% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,2% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 636,6 milhões de CVE, equivalente a 29,9% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções: o Luxemburgo com 121,0 milhões de CVE; as Nações Unidas com 89,1 milhões de CVE; o Portugal com 64,7 milhões de CVE, a *Global Environment Fund* com 61,8 milhões de CVE o Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 49,7 milhões de CVE; a O.M.S com 46,3 milhões de CVE; e a União Europeia com 37,2 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam ao montante de 1.469,2 milhões de CVE, equivalente a 69,0% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Reforma do Estado” (520,6 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (336,6 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (198,1 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (162,9 milhões de CVE), “Transformação da agricultura (74,8 milhões de CVE)”, “Desenvolvimento Integrado da Saúde (49,6 milhões de CVE)” e “Cabo Verde Plataforma do turismo” (27,0 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022 Orç	Julho	Grau Exec.	Peso %
Interno	61 480	32 154	79,2	93,8
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	31 925	52,7	99,3
OFN	864	229	26,5	0,7
Externo	11 257	2 130	18,9	6,2
Donativo	2 444	637	26,0	29,9
Empréstimo	8 523	1 469	17,2	69,0
Ajuda Alimentar	290	24	8,4	1,1
Total da Despesa	72 738	34 284	47,1	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até julho de 2022, totalizaram 619,0 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 41,8%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de julho, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 61,1%, por empréstimo em 34,3% e por donativos em 4,6%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	61,2	28,4	4,6%
Empréstimo	590,6	212,5	34,3%
Tesouro	829,3	378,1	61,1%
Total Geral	1 481,1	619,0	100,0%

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (314,1 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (180,5 milhões de CVE);

- “Preparação e resposta à Covid-19” (49,6 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (23,4 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate à Covid19” (22,0 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (13,6 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	6	23,6
	Banco Mundial/Empréstimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			47	6	13,6
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188	50	26,4
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas E Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	9	0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	25	22	88,9
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	1	0	0,0
	Tesouro	Prevenção E Combate A Coronavírus	464	220	47,3
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28	5	16,3
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	2	6,9
	Prevenção E Combate A Coronavírus	190	90	47,3	
07.00.07 - Saúde Total			934	388	41,5
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	7	49,1
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			15	7	49,1
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27	23	86,6
07.00.09 - Educação Total			27	23	86,6
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	171	30	17,8
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	212	133	62,6
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	28	14	49,4
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	48	18	36,8
07.00.10 - Protecção social Total			458	194	42,4
Total Geral			1 481	619	41,8

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

5. Dívida Pública

Em 31 de julho de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 296.599,9 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.399,9 milhões de CVE (47,5% do PIB) e à dívida externa 204.200,1 milhões de CVE (105,0% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB¹ atingiu os 152,5%, cerca de 3,9 p.p. acima do registado em julho de 2021.

¹ Considerou-se o PIB reprogramado pelo MFFE, que não considera, ainda, o *rebasings* do PIB, previsto para outubro de 2022.

Quadro 8 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	julho 21	julho 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	268 122,0	296 599,9	10,6	148,6	152,5
Dívida Interna	82 986,4	92 399,8	11,3	46,0	47,5
Dívida Externa	185 135,5	204 200,1	10,3	102,6	105,0

Fonte: MFFE - DGT